

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL

Luana Quirino da Silva (luaana_qs@hotmail.com)

Aluna de graduação do curso Direito – FAACZ

Thainá Piol Silva (thaipiol@outlook.com)

Aluno de graduação do curso Direito – FAACZ

Arismar Manciea (arismar@fsjb.edu.br)

Professor da FAACZ

RESUMO

O presente artigo objetiva a investigação e compreensão do contexto da educação especial no Brasil e as práticas pertinentes na contemporaneidade em sua perspectiva inclusiva. Nesta investigação temática analisou-se os determinantes históricos e seus processos reflexivos sobre o tema. O trabalho se justifica, pois, a escola é considerada uma das formas de integração e socialização dos alunos especiais, sendo indispensável a participação do Estado por meio de políticas públicas nesse contexto. E como parâmetro de estudos foi feita uma abordagem a respeito dos desafios da educação especial no Brasil. Teve como metodologia de pesquisa revisão de literatura qualitativa e descritiva, e os principais autores consultados foram Barbosa; Faria; Lomba. Foram utilizados também bases de dados como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico para melhor elucidação do tema, com recorte temporal definido em 20 (vinte) anos, devido a procura por autores e pesquisas clássicos e contemporâneos, para adquirir o máximo de informações.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Inclusão Social; Perspectiva Inclusiva.

1 – INTRODUÇÃO

A escola possui um papel social na sociedade contemporânea, pois busca uma interação entre o ensino regular e a educação especial, sendo a base para toda sociedade. Portanto, a escola pode contribuir atendendo às diversidades e proporcionando educação a todos. As reflexões levantadas pelo artigo estão atreladas aos desafios da educação especial no Brasil, mostrando a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema de educação no país.

Neste contexto apresentado acima, o tema justifica sua importância e suscita que sejam realizados novos estudos, ampliando a discussão sobre o tema. A pesquisa elaborada é de suma importância, pelo fato de ser direcionada a um tema extremamente presente na sociedade contemporânea, dando a oportunidade de visualizar o assunto de maneira prática e detalhada, proporcionando um maior entendimento de uma atividade tão relevante para a área do Direito.

O objetivo geral do trabalho foi compreender os desafios da educação especial no Brasil. A valorização do processo da inclusão como fator real de conhecimento aplicado e vivenciado por crianças inclusas é complexo e multidisciplinar, portanto, deve-se ser realizada com critérios, legislação em vigor e competências dos envolvidos. As instituições de ensino não podem ser vistas como espaços para socialização e convívio de crianças especiais em cumprimento de horário, os alunos precisam de profissionais qualificados e empenhados para auxiliar no seu desenvolvimento, sua aprendizagem.

2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A educação surgiu na Europa para as crianças burguesas, no entanto, ela também foi criada com objetivo de prestar uma assistência as crianças que não podiam ser cuidadas pelas suas mães. Portanto, a educação

vem do latim *educere* que significa extrair, tirar, desenvolver. Representa em sua essência a formação do homem durante sua vida orgânica. Ao longo da história foram inúmeras conquistas da educação no cenário mundial e também no cenário nacional. A educação se constituiu historicamente como instituição educacional (BARBOSA, 2008).

A inclusão social foi um processo lento pelo qual a humanidade passou, sendo um processo recíproco, ou seja, as pessoas que estão excluídas juntamente com a sociedade procuram, resolver os problemas sociais, de forma que, possam oferecer igualmente a todos as oportunidades. Com o passar dos anos a causa sobre os meios de aplicação de ensino a portadores de deficiência se fizeram presentes no avanço pedagógico pelo qual a sociedade está passando, sendo assim, documentos e legislações foram criados para assegurar a todos os deficientes direitos que não poderiam ser revogados (CUNNINGHAM, 2008).

Segundo Barbosa (2008, p.112):

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais.

Entretanto, embora significativo, porém, se crê que o mais importante pré-requisito não reside apenas nos recursos materiais, já difíceis de serem obtidos por todos os estabelecimentos de ensino, pois, a educação é um direito fundamental elencado na Constituição Federal, desta forma, o Estado através das políticas públicas luta para que o ensino seja aplicado de forma igual e eficiente. Com esses desenvolvimentos, interações interpessoais foram sendo desenvolvidas por profissionais, para objetivar esses projetos, visando uma maior adequação dos alunos da escola, para que o ensino fosse aplicado com probidades altas (VOIVODIC, 2008).

Os avanços a respeito da inclusão social das pessoas com deficiência iniciaram em 1990 com a Organização das Nações Unidas (ONU). Então, A ONU apresentou estatísticas que comprovaram a discriminação e esse movimento ficou conhecido como Movimento de Educação para todos. Mills (2003, p.5) explica que “em 1994 com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, é que o assunto ocupou lugar de destaque”.

O marco para educação especial no Brasil foi a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 50. Contudo, o período imperial no Brasil ficou marcado com o avanço do descaso total da educação em geral, com esse cenário nacional caótico a educação especial também ficou refém do governo e suas ideologias. Contudo, após o início do período republicano, ocorreu entre os anos de 1889 a 1930, esse cenário nacional não mudou, visto que, o Estado não considerava sua função, o dever de alfabetizar crianças especiais através de práticas pedagógicas (MONARCHA, 2001).

O Estado, nesse período enxergava a criança como um ser frágil que precisava apenas de cuidados da família, portanto, não via a necessidade de investir recursos financeiros da União na educação, visto que, esse dever de educação cabia apenas ao âmbito familiar, ou seja, o pai e a mãe. Quanto às crianças órfãs o Estado desempenhava a função de prestar cuidados nutritivos, cuidados higiênicos, cuidados médicos, entre outros. Ficou caracterizado esse papel desempenhado pelo Estado como um atendimento assistencialista somente (MONTENEGRO, 2001).

O ano de 1943 foi um ano de grande progresso no Brasil, pois foi publicada a Consolidação das Leis Trabalhistas, ou seja, foi normatizada a regulação das relações de trabalho. Após a promulgação da lei trabalhista, as mães passaram a ter direito às questões de maternidade, além da assistência à infância dos seus filhos. A partir de então, o atendimento à criança especial alcançou uma valorização como nunca antes havia alcançado no cenário nacional (BARBOSA, 2008).

O processo de mudanças ocorreu até século XX, de forma lenta, visto que, as instituições passaram por inúmeras mudanças, tais como, de médico-sanitarista para o assistencialista; do assistencialista para o âmbito social; e, deste, para o método educacional. Nota-se que, ao longo da história o Estado foi omissivo do seu dever de prestar educação a sociedade brasileira. O direito à educação especial somente foi reconhecido pela Constituição Federal de 1988, passando a ser um dever do Estado promover educação através de políticas públicas a toda população brasileira. Esse direito foi conquistado através de pressões impostas por movimentos coletivos de inúmeros segmentos, que lutaram pela inclusão da educação especial no sistema educativo brasileiro (FARIA, 2002).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III assegura que é dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Sendo assim, após a Constituição Federal assegurar o direito à educação às crianças com deficiência, diante disto foi preciso planejar uma nova metodologia da pedagogia nacional, visto que, as instituições educacionais tinham ganhado um novo rumo após a CF/88. Vale ressaltar que, a Constituição Federal de 1988, foi um marco para a educação especial brasileira, visto que, foi necessário repensar a definição do caráter das instituições de ensino no Brasil (BRASIL, 1988).

A educação especial é um direito fundamental elencado na Constituição Federal, mas diante de todos os aspectos que fazem ser contrário esse direito fundamental de todo brasileiro, os profissionais da área lutam para que o ensino seja aplicado. Metodologias foram aplicadas em todo país para que se conseguisse uma aprendizagem que pudesse atingir aos alunos que pertenciam ao corpo docente da escola. Essa visão é assegurada em lei mais em decorrência de toda uma dificuldade financeira muitas vezes se torna difícil se alcançar esse objetivo (FONSECA, 2008).

Sabe-se que o dever da escola e da sociedade é prover as condições necessárias para que os afetados por tal condição alcancem seu pleno desenvolvimento pessoal. Importa considerar que uma instituição de ensino se torna inclusiva na medida em que é capaz de incorporar, criativamente, os seus alunos especiais ao projeto político pedagógico e, ao mesmo tempo, possibilitando-lhes a condição de responder a tais provocações e aos conteúdos pedagógicos. Desse modo, tais respostas representem já, efetivamente, o pleno acesso à cultura escolar, aos bens e aos serviços que lhes são inerentes, enfim, a emancipação histórica, social, política e humana dos indivíduos (FERREIRA, 2003)

Com isso, percebe-se que o processo como tal implica numa irrenunciável tarefa da sociedade como um todo na medida não apenas se redima, mas que seja ativa e determinada o suficiente para rever os seus dogmas e os seus preconceitos no intuito de reelaborar, redimensionar e contextualizar as suas práticas cotidianas e que a humanização e a solidariedade intra-geracional se efetivem e se consolide nessa contemporaneidade em crise e ameaçada (FONSECA, 2008).

3 – METODOLOGIA DO TRABALHO

A pesquisa utilizou a metodologia de pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e descritivo. A busca será realizada em livros e em artigos sobre a educação especial no Brasil. Serão utilizados bases de dados como: Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) para melhor desenvolvimento do tema, com recorte temporal em 20 anos devido a procura por autores e pesquisas clássicas e contemporâneas, para adquirir o máximo de informações. Para viabilizar a realização das pesquisas e buscas de fontes, serão utilizadas as seguintes palavras-chave: Educação Especial; Inclusão Social.

O método buscou compreender os desafios da educação especial no Brasil. Levando em consideração as análises qualitativa e descritiva foi fundamental definir o que será avaliado e como será avaliado, ou seja, para compreender o tema. O trabalho buscou avaliar os aspectos relacionados ao tema, onde a questão de pesquisa levantado está baseada nos desafios do Estado em propor uma educação especial de qualidade no país. A partir das considerações entende-se que, as finalidades motivadas pela pesquisa podem nascer tanto de um desejo intelectual, quanto de um desejo prático.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados artigos nas bases de dados que falam sobre os desafios da educação especial no Brasil. A Política de Educação Especial afirma que a integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A inclusão na escola se funda em reciprocidade, pois busca um processo dinâmico levando em consideração as necessidades de cada aluno (FERREIRA, 2003).

Todo o processo de inclusão escolar depende de todo o corpo educacional, não sendo responsabilidade somente dos educadores. A integração não permite a mudança da escola como um todo, ao contrário, quem muda é o aluno para adaptar-se às suas exigências, a forma em que está organizada. Os alunos buscam se adaptar para serem inseridos da melhor forma possível no ambiente escolar (PERRENOUD, 2010).

A inclusão não prevê a utilização de ensino escolar específica para o aluno com necessidade especial. Em suma, a inclusão é a possibilidade de aperfeiçoamento da educação para o benefício de todos os alunos com necessidades educativas especiais. Sob este olhar, a inclusão passa a se constituir como um movimento que visa à transformação da sociedade (MORIN, 2006).

Os meios de aplicação de ensino a portadores de deficiência evoluíram juntamente com o avanço pedagógico que a sociedade está passando, sendo assim documentos e legislações foram criados para assegurar a todos os deficientes direitos que não poderiam ser revogados. Mas com ao se passar os anos conflitos de ideias foram levantados, pois diante da falta de recursos e pouco investimento em infraestruturas no ambiente escolar, se teve um grande embate no que se devia ou não ser investido em favor da educação (FERREIRA, 2003).

Metodologias foram aplicadas em todo país para que se conseguisse uma aprendizagem que pudesse atingir aos alunos que pertenciam ao corpo docente da escola. Essa visão é assegurada em lei mais em decorrência de toda uma dificuldade financeira muitas vezes se torna difícil se alcançar esse objetivo. Com todos esses aspectos ao contrário, ações legais foram formadas para agregar ao corpo docente escolar para que se possa ser alcançado metas feitas por gestores, que visava o aprimoramento estudantil escolar, para que todo os alunos pudessem ter um ensino regular de qualidade. Com esses desenvolvimentos, interações interpessoais foram sendo desenvolvidas por profissionais, para objetivar esses projetos, visando uma maior adequação dos alunos da escola, para que o ensino fosse aplicado com probidades altas (MAZZOTTA, 2009).

Esses acontecimentos, gerarão uma mudança na postura das demais pessoas e principalmente dos alunos, visto que com essas mudanças foi alcançado números vantajosos na educação pública, sendo assim a cada dia este aprimoramento começou a se fazer presente na vida curricular estudantil de todos os integrantes da escola Houve mudanças em todo o ensino nacional, em virtude de ações legais e pedagógicas previstas nos documentos oficiais que asseguram os direitos escolares a todos os estudantes, inclusive os estudantes portadores de autismo. Sendo assim, a presente sociedade pode se ter embasada em seus conceitos práticos, pois com a segurança que estes documentos trazem para os alunos, pode-se entender que estes direitos e deveres estão assegurado e não serão dispostos (FERREIRA, 2003).

Todavia, se não houver uma aplicação com uma finalidade de objetivar essas relações entre alunos e professores, se tomaria algo impossível de se ter uma grande valia, diante do ante profissionalismo e da falta de uma interação Inter pessoal dos profissionais que deveriam atender todas as perspectivas interpostas a estes de maneira onde pudessem levar os alunos a um conhecimento mais apurado. Essa questão se tornou algo de grande conflito visto que em se tratar de estudantes com autismo, se era necessária uma aplicação de ensino mais criteriosa (FREIRE, 2007).

A escola começou a desenvolver competências, aguçar sensibilidades, ensinar a aprender, animar inteligências, desenvolver múltiplas linguagens, capacitar para viver e, assim, transformar o ser humano. As escolas passaram a perceber sentimentos e emoções que proporcionaram melhorias no processo de aprendizagem. Diante de todo o exposto pode-se concluir que, os profissionais da educação têm um dever superimportante no que se tange à

educação. Todos os desafios que os profissionais podem passar poderão ser vencidos de forma equilibrada, de acordo com as propostas pedagógicas que serão postas pelos profissionais da área. (MORIN, 2006).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho versou sobre os desafios da educação especial no Brasil. A escola é considerada uma instituição a qual o indivíduo tem acesso ao meio social, sendo fundamental espaço de socialização do indivíduo na sociedade. Em suma, a escola tem a função como membros sociais competentes e provedores de cuidados básicos ao indivíduo especial. Uma criança especial no âmbito escolar altera a dinâmica de uma escola, baseado nisso a Constituição Federal de 1988, assegurou o direito a todos à educação, criando diretrizes de educação especial para crianças com deficiências.

A família possui papel importante na vida do indivíduo especial, no entanto, a escola também possui papel indispensável porque no ambiente escolar possui a função de dá sequência ao trabalho da família, visto que, uma deficiência exige uma dedicação especial e total da família e do corpo educacional da escola. Os objetivos do trabalho, de forma geral, foram atingidos, no entanto, recomenda-se a realização de estudos a respeito da integração de alunos. Os novos estudos, podem fazer inclusão do professor no dia-a-dia nas escolas brasileiras, bem como, analisar os trabalhos dos professores realizados com os pais dos alunos, a fim de melhor contribuir para o desenvolvimento de todos. Por fim, o trabalho acrescentou uma experiência de grande importância do tema.

6 – REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, M. C. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Grupo A, 2008.
2. BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
3. CUNNINGHAM, C. **Síndrome de Down. Uma Produção Para Pais e Cuidadores**. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Educação infantil pós LDB: Rumos e Desafios**. 2ª ed. Campinas: Editora da UFSC, 2002.
5. FERREIRA, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
6. FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2007.
7. FONSECA, V. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Armed, 2008.
8. MAZZOTTA, M. J. da S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. 2009.
9. MILLS, Nancy Derwood. **A Educação da Criança com Síndrome De Down**. 2 ed. São Paulo, 2003.
10. MONARCHA, Carlos. Revista do jardim da infância: uma publicação exemplar. In. _____. Educação da Infância Brasileira (1875 -1983). Campinas, SP: **Autores Associados**, 2001.
11. MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2006.
12. PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Editora
13. VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.